

O IMPERIALISMO EM NOVA FASE: COERÇÃO, CRISE DA HEGEMONIA E IMPACTOS PARA A AMÉRICA LATINA¹

IMPERIALISM IN A NEW PHASE: COERCION, HEGEMONIC CRISIS, AND IMPACTS ON LATIN AMERICA

Juliane Furno²

Ana Maria Prestes Rabelo³

Amanda Harumy⁴

Resumo: Este artigo interpreta a “era Trump” como expressão de uma nova fase do imperialismo norte-americano no capitalismo contemporâneo. Argumenta-se que, sem romper com os fundamentos estruturais do poder imperial dos Estados Unidos — a saber: financeirização da economia com centro em Wall Street; centralidade financeira do dólar; comando tecnológico e militar; e preponderância dos grandes monopólios —, o trumpismo reconfigura o estilo de exercício da sua hegemonia, privilegiando uma dominação imperialista de tipo mais transacional, ainda que com mais apelos nacionalistas, e coercitiva. Essa reconfiguração combina protecionismo seletivo; guerra comercial e tarifária; abuso do uso de sanções econômicas; ofensiva militar e intensificação da disputa tecnológica. Sustenta-se que tal fase aprofunda tendências de desmoronamento da ordem global capitalista erigida no pós-Segunda Guerra Mundial, com padrões mais explícitos de coerção, em um período que converge com a crise da hegemonia imperialista norte-americana. Para a América Latina, a nova fase tende a reforçar o papel de retaguarda estratégica, de contenção geopolítica e como fonte de provimento de commodities. Esse cenário eleva os riscos da dependência tecnológica, do reforço ao neocolonialismo e expõe de forma mais aguda as vulnerabilidades externas. Por fim, propomos, com base na teoria dos ciclos sistêmicos, perspectivas para pensar a lenta, mas contínua, desagregação do poder unipolar estadunidense e as características da ordem que se avizinha.

Palavras-chave: imperialismo; hegemonia; trumpismo; geoeconomia; dependência; América Latina.

Abstract: This article interprets the "Trump era" as an expression of a new phase of US imperialism within contemporary capitalism. It argues that, without breaking with the structural foundations of US imperial power — namely, the financialization of the economy centered on Wall Street; the financial centrality of the dollar; technological and military command; and the

¹ Artigo submetido em 29/04/2026 e aprovado para publicação em 25/07/2026.

² Cientista social e economista. Mestre e Doutora em Desenvolvimento Econômico pela Unicamp. Professora da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social. E-mail: julianefurno@gmail.com. ORCID: <http://www.orcid.org/0000-0003-2030-117X>.

³ Cientista Social e Historiadora. Mestre e Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em História pela Universidade de Brasília (UnB). E-mail: anamprestes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0521-035X>.

⁴ Analista internacional pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e mestre e doutora em Integração da América Latina pelo Prolam/USP. E-mail: amandaharumy@usp.br. ORCID: <http://www.orcid.org/0000-0002-7439-1097>.

preponderance of large monopolies — Trumpism reconfigures the style of hegemony, favoring a more transactional form of domination, albeit with stronger nationalist appeals, and a more coercive one. This reconfiguration combines selective protectionism, trade and tariff war, abusive use of economic sanctions, military offensives, and the intensification of technological disputes. We argue that such a phase deepens the tendencies toward the breakdown of the global capitalist order erected after the Second World War, with more explicit patterns of coercion, in a period that converges with the crisis of US imperialist hegemony. For Latin America, this new phase tends to reinforce the region's role as a strategic rearguard, an instrument of geopolitical containment, and a source of commodity supply. This scenario heightens the risks of technological dependency, reinforces neocolonialism, and exposes external vulnerabilities more acutely. Finally, drawing on the theory of systemic cycles, we propose perspectives for thinking about the slow but continuous disaggregation of US unipolar power and the characteristics of the order on the horizon.

Keywords: imperialism; hegemony; Trumpism; geoeconomics; dependency; Latin America.

Introdução

Poucas categorias do pensamento social foram sepultadas com tanta pressa quanto a de imperialismo. Ao longo dos anos 1990 e 2000, consolidou-se a leitura de que a descolonização e a globalização haviam tornado obsoleta a ideia de potências que disputam territórios, mercados e excedentes, substituída pela imagem de um poder difuso, sem centro nacional definido. A conjuntura aberta pelo segundo mandato de Donald Trump, felizmente, devolveu a centralidade à categoria imperialismo.

No período recente, recorrendo a instrumentos clássicos e contemporâneos, o imperialismo estadunidense é externado no uso de tarifas como instrumento de barganha diplomática; sanções econômicas em escala inédita; ameaças de anexação territorial dirigidas a vizinhos e aliados; operações militares no Caribe e na Ásia Ocidental; e a reativação da Doutrina Monroe em documento oficial de segurança nacional, buscando reposicionamento político e presença econômica, sobretudo, na América Latina. É desse retorno e dos seus possíveis impactos na América Latina e Caribe que trata este artigo. Nosso objeto de pesquisa é a reconfiguração da hegemonia e do imperialismo norte-americano na “era Trump”, entendida aqui não como um governo, mas como o ciclo político inaugurado em 2017 e o conjunto de coalizões sociais e ideológicas que o sustentam. O objetivo deste artigo é caracterizar a nova fase imperialista e analisar seus impactos geoeconômicos e geopolíticos na América Latina.

A questão norteadora deste artigo busca compreender e caracterizar a atual fase do imperialismo estadunidense à luz de um período de crise da sua hegemonia, e os possíveis impactos dessa inflexão para a nova ordem global, de forma geral, e para a América Latina e o Caribe, de forma particular. Trata-se de uma anomalia conjuntural promovida por uma liderança errática ou de uma reconfiguração estrutural do modo de operação de um poder imperial em crise de hegemonia?

Buscamos responder a esse dilema apostando na segunda afirmação, a de que estamos diante da reconfiguração de uma ordem imperialista nos estertores da crise da hegemonia estadunidense. O trumpismo não rompe com os fundamentos estruturais do poder imperial dos Estados Unidos, mas altera o estilo de exercício da hegemonia, deslocando-a da liderança liberal-multilateral para uma dominação de tipo transacional e coercitiva. Protecionismo seletivo, guerra tarifária, sanções, ofensiva militar e contenção tecnológica compõem uma inflexão que, longe de expressar vitalidade, é sintoma da crise, já que, ao governar pela força, o poder ameaçado corrói as bases consensuais de sua própria primazia.

Uma vez que nos colocamos como testemunhas oculares dos acontecimentos recentes, nossa metodologia de pesquisa é, sobretudo, exploratória, como pesquisa qualitativa, de caráter ensaístico, baseada em revisão bibliográfica e análise documental de acontecimentos geopolíticos e econômicos recentes. À luz das teorias clássicas e contemporâneas do imperialismo, nos desafiamos, no calor dos acontecimentos, a tecer reflexões sobre os já identificados e os possíveis impactos das ações de Donald Trump sobre a nova ordem global e, em especial, sobre a América Latina e o Caribe.

O artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução e das considerações finais. A seção 1 recupera o debate marxista sobre o imperialismo, de Lênin e Bukharin às leituras contemporâneas de Wood e Foster, e discute, com Florestan Fernandes, os padrões de dominação externa que marcaram a América Latina. A seção 2 reconstrói a ascensão da hegemonia estadunidense no pós-Segunda Guerra e examina sua crise atual a partir das quatro estruturas de poder propostas por Susan Strange: segurança, produção, finanças e conhecimento. A seção 3 caracteriza a especificidade do imperialismo trumpista – lido como “nacional-imperialismo”, “imperialismo *tout court*” e “hiper-imperialismo” –, detendo-se nas sanções, nas tarifas e na contenção tecnológica. A seção 4 analisa os impactos dessa nova fase sobre a América Latina e o Caribe, a partir da *National Security Strategy* de 2025 e do corolário Trump da Doutrina Monroe. A seção 5 discute, à luz da teoria dos ciclos sistêmicos de acumulação de Giovanni Arrighi, o horizonte pós-imperialista e a ordem multipolar que se

desenha. As considerações finais retomam o argumento e apontam os riscos e as possibilidades que essa transição abre para os projetos de soberania e integração regional.

1. Do imperialismo clássico ao contemporâneo

A teoria de imperialismo, no debate marxista, localiza o nascimento do imperialismo na passagem do capitalismo concorrencial para uma fase comandada pelo processo de centralização e concentração de capital, apontando para uma das leis tendenciais de desenvolvimento do capitalismo já explicitadas por Marx (2003). Após a grande depressão do capitalismo, em fins do século XIX, os monopólios ganham primazia sobre a livre concorrência. Essa nova fase de organização do capitalismo em escala mundial articula a formação e a expansão do capital financeiro, a rivalidade entre as grandes potências e os capitais monopolistas, e novas mediações estatais de coerção e consenso (Lenin, 2012; Bukharin, 1986).

Na acepção leninista, o imperialismo não deve ser compreendido como uma política, da qual a gestão do capitalismo pode se valer ocasionalmente. Divergindo, portanto, de Hilferding (1985) e Bukharin (1986), Lênin (2012) identifica que o imperialismo é uma fase, a fase própria do capitalismo quando atinge o estágio monopolista, sinalizando a maturidade do desenvolvimento capitalista.

Além dos aspectos fundacionais do imperialismo, bem definidos por Lênin, outros elementos vão ganhando relevância explicativa para a compreensão do imperialismo. No pós-Segunda Guerra Mundial, diversos teóricos compreenderam o imperialismo a partir de manifestações distintas, tais como a militarização e a reciclagem dos excedentes, presentes em Sweezy e Baran (1974); as trocas desiguais, sobretudo as teorizadas por Samir Amin (1976) e por Ernest Mandel (1985); e o debate sobre o imperialismo a partir da sua face correlata: a dependência, especialmente pelos mecanismos de transferência internacional de valor, debatido pela Teoria Marxista da Dependência, em especial nas obras de Ruy Mauro Marini (2005).

No que tange à América Latina, Florestan Fernandes (1975) identifica que a região aparece submetida a quatro padrões sucessivos e parcialmente sobrepostos de dominação externa. O primeiro é a dominação colonial propriamente dita (séculos XVI a início do XIX), marcada pelo pacto mercantilista ibérico, pela exploração da terra, dos metais preciosos e do trabalho escravo, organizando a colônia como apêndice da acumulação primitiva europeia. O

segundo é a dominação neocolonial, que se instala após as independências formais no século XIX: rompido o monopólio ibérico, as novas nações permanecem subordinadas ao capital comercial e financeiro inglês. O terceiro padrão é o do imperialismo moderno ou capitalismo monopolista, que se consolida no final do século XIX e ao longo do XX com a hegemonia norte-americana, caracterizado pela penetração do capital financeiro, pela industrialização restringida e pela articulação entre burguesias nacionais associadas e dependentes. Por fim, Florestan Fernandes identifica uma quarta fase, a do capitalismo dependente em sua forma plenamente desenvolvida, já ligada às corporações multinacionais e ao novo padrão imperialista do pós-guerra, em que a dependência deixa de ser apenas externa e se internaliza estruturalmente, de fora para dentro e de dentro para fora. Dessa forma, Florestan Fernandes não nega a existência do imperialismo, nem o reduz as influências das grandes corporações internacionais nos Estados nacionais, mas reafirma a dependência como uma dinâmica internalizada na estrutura social e econômica da periferia por meio da articulação entre a burguesia associada/dependente interna e o capital monopolista internacional.

Esses são os métodos e alianças do imperialismo, atualizados perante as transformações mundiais. As articulações desse novo tipo de capitalismo imperialista passam de um imperialismo restrito para um imperialismo total, no qual os interesses dessas empresas internacionais conseguem se infiltrar pelas camadas sociais, e interferem diretamente na educação, na mídia, no padrão de consumo, nas instituições sociais, na tecnologia, nos investimentos financeiros e inclusive na política doméstica (Fernandes, 1975).

Embora tenha sido central para compreender a dinâmica do capitalismo global, o termo “imperialismo” amargou um certo ostracismo, especialmente a partir da década de 1970. Nos anos 2000, em particular, ganha proeminência nos círculos políticos e intelectuais a máxima de que o imperialismo teria findado junto com o processo de descolonização da África e da Ásia. Com base na obra “Império”, de Michael Hardt e Antonio Negri (2001), afirmava-se que o imperialismo teria dado lugar aos grandes impérios, nos quais o poder e a soberania econômica já não repousavam nos grandes Estados nacionais, mas teriam sido suplantados pelas grandes corporações internacionais e pelas instituições multilaterais.

Partimos da caracterização de Wood (2014), para quem o imperialismo não terminou nem se enfraqueceu pela sua nova conformação “sem colônias”. De acordo com a autora, a ausência relativa de ocupações territoriais, que se mantém atualmente, não significa o fim do imperialismo, mas – justamente – a emergência da forma mais avançada de imperialismo especificamente capitalista. Enquanto no período ainda de desenvolvimento do capitalismo o

imperialismo comportava-se com uma faceta correlata a explorações de tipo extraeconômico, no período atual – de maturidade do capitalismo – os mecanismos próprios de mercado são muito mais proeminentes que a exploração extraeconômica ou formas típicas de acumulação primitiva de capitais, o que não limita nem enfraquece o imperialismo, mas apenas o ressignifica em um contexto de maturidade capitalista.

Do ponto de vista da nação que vocaliza de forma mais proeminente o imperialismo, os EUA, sua hegemonia capitalista se consolidou no pós-Segunda Guerra Mundial e foi exercida combinando instituições multilaterais; padrões regulatórios internacionais (especialmente via controle dos organismos multilaterais); coordenação e imposição monetário-financeira (como herança do sistema monetário internacional erigido em Bretton Woods e centrado no dólar) e intervenções políticas e militares. Contudo, dos anos 2000 em diante – em especial após a crise de 2008 –, a economia e o imperialismo norte-americanos passam por uma crise de hegemonia e abre-se um período de declínio relativo. Segundo o Instituto Tricontinental de Pesquisa Social (2024), estamos em face de uma nova forma, de um “hiper-imperialismo”, que é justamente a combinação dialética de crise e ofensiva imperialista norte-americana. São exatamente os momentos de crise e de ameaças ao imperialismo norte-americano que ensejam as maiores ofensivas para a manutenção do seu poder imperial, nos quais os EUA recorrem, mais intensamente, a mecanismos de coerção e a estratégias de reorganização do mercado mundial (Arrighi, 1996; Harvey, 2004).

2. A ascensão e a crise do imperialismo norte-americano

As características centrais da atual fase do capitalismo global podem ser compreendidas a partir do conceito gramsciano de “interregno” (Gramsci, 2002, p. 184), o qual define momentos de prolongada crise orgânica em que um antigo arranjo hegemônico se desestrutura sem que um novo bloco histórico tenha se afirmado. Nesse contexto de transição, a perda do consentimento pelas classes ou potências dirigentes faz emergir instabilidades estruturais e arranjos coercitivos de poder na ordem internacional.

Conceição e Noronha (2026) identificam que, sob a era Trump, somos testemunhas oculares dos estertores da hegemonia dos EUA e dos últimos espasmos de um poder que já não sabe mais persuadir, apenas punir. É possível identificar, nessa nova fase, uma ruptura com relação aos métodos e às alianças da política externa que anteriormente foram desenhados para projetar o poder político estadunidense a partir do peso real da sua economia, do papel do dólar

e da influência do multilateralismo. A nova política externa trumpista se descola das próprias estruturas que fizeram parte da construção do seu poder hegemônico. A extrema direita internacional, que confere sustentação ao governo de Trump, modificou parte das suas características em face da crise atual, despontando um caráter antiglobalismo ou antiglobalização, atacando o multilateralismo e negando, mais veementemente, o direito internacional. Os democratas utilizavam, sobretudo, o multilateralismo, o livre comércio e a presença militar como forma de perpetuar seu poder e, em boa medida, comprar tempo da queda da sua hegemonia. A atual política externa norte-americana busca acelerar o confronto com o eixo de poder que ameaça sua hegemonia, sobretudo a China, com instrumentos menos “sofisticados” e mais diretamente coercitivos.

Nessa chave de leitura, a ascensão de Donald Trump não é apenas um desvio accidental, mas uma expressão política do esgotamento da hegemonia americana, caracterizado por um modelo que já não consegue produzir o que produziu no seu período de ouro, a saber: estabilidade, previsibilidade e um modelo de dominação, sobretudo, baseado no consenso. Segundo Silva (2026), quando a potência hegemônica não consegue mais organizar o sistema, falamos em “império em declínio”, com toda a ressalva de que tal afirmação não significa a anunciação de um colapso. Significa, entretanto, o reconhecimento da perda de capacidade de estabilizar, organizar e legitimar a ordem internacional. O uso desmedido de instrumentos econômicos e, sobretudo, militares, tais como as ações recentes envolvendo Venezuela, Irã e as possíveis ofensivas já anunciadas sobre Cuba, Groenlândia, México e Colômbia, é o prenúncio de uma inflexão imperialista que busca retomar, pela força, o que anteriormente se organizava em bases mais consensuais.

Essa inflexão é fruto de um cálculo de aceleração do enfrentamento, visando colocar o mundo em crise bélica. Esse novo tipo de “corrida armamentista” sobreaquece um setor da economia ainda sob hegemonia dos EUA, o militar. No âmbito orçamentário, a trajetória do gasto militar norte-americano reflete uma mudança nas projeções fiscais. Em 2024, as despesas militares norte-americanas alcançaram US\$ 997 bilhões, conforme a metodologia do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2025), critério abrangente que contabiliza dotações do Departamento de Defesa, aposentadorias e pensões militares, além de programas de segurança e energia nuclear sob o Departamento de Energia. Esse montante manteve o esforço de defesa estabilizado em 3,4% do Produto Interno Bruto (PIB) do país. Todavia, os aportes suplementares aprovados pelo Congresso por meio das dotações associadas ao National Defense Authorization Act (NDAA) e leis de suplementação orçamentária

introduziram uma expansão substancial na linha de base das despesas. Em uma perspectiva plurianual de médio prazo, o acumulado desses aditivos orçamentários projeta um incremento superior a US\$ 400 bilhões ao longo do quadriênio fiscal em comparação com os cenários de projeção prévios (CBO, 2025; OMB, 2026).

2.1. A decadência

É possível compreender a dominação estadunidense a partir do que Susan Strange (1988) entende como o exercício do poder na economia política internacional, particularmente através do que a autora denomina poder estrutural, que está em contraste com o poder “relacional”. Dessa forma, o exercício do poder estrutural demanda não o mando direto, mas a capacidade de moldar estruturas dentro das quais os Estados, as empresas e as sociedades deverão operar. Dentro desse enfoque, a autora identifica quatro estruturas, ou capacidades, que, articuladas entre si, sustentam o poder estrutural: segurança (militar), produção, finanças e conhecimento (tecnologia). Vejamos cada uma delas. Partimos da premissa de que a hegemonia imperialista dos EUA está em crise, exatamente, pelas tensões existentes para o pleno exercício dessas quatro capacidades ou estruturas.

No primeiro plano, que se refere à questão militar, os acontecimentos recentes nos permitem afirmar que os EUA, por enquanto, são a única nação com capacidade de projetar seu poder militar de forma global, enquanto China e Rússia parecem deter essa capacidade apenas em nível regional. Segundo o Instituto Tricontinental (2024), os EUA detêm 902 bases militares em 80 países e foram responsáveis por 37% dos gastos militares globais em 2024. No entanto, ainda que os gastos militares dos EUA representem em torno de 3% do PIB e os da China apenas 1,6%, se olharmos a taxa anual de crescimento, a Rússia aparece com 38%, a China com 7% e os EUA com 5,7% (Instituto Tricontinental, 2024). Ou seja, embora o estoque total de gastos dos EUA seja muito superior, a sua taxa anual de crescimento enseja questões importantes para o futuro. A guerra da Ucrânia indica, claramente, que hoje há mais capacidade de resistência à ofensiva da OTAN do que havia anteriormente. Ainda que estejamos no calor dos acontecimentos, também é possível inferir a derrota política e militar que sofrem os EUA e seu protetorado – Israel – na guerra contra o Irã. A capacidade de resistência e ofensiva dos iranianos surpreendeu a comunidade internacional. São os EUA que estão propondo, atualmente, uma saída mediada para a guerra e, ao que tudo indica, o Irã sairá muito mais

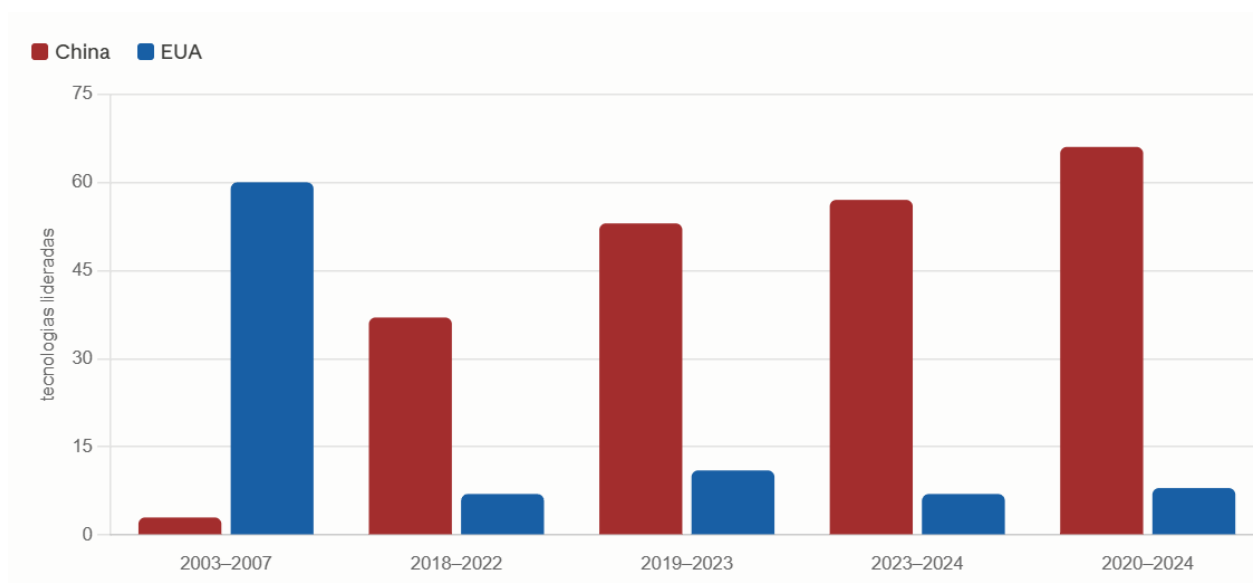
fortalecido do que entrou, podendo tornar-se uma das poucas nações que colocaram os EUA em posição defensiva no período recente.

Em termos de produção, avançando para o segundo elemento, os EUA foram ultrapassados pela China como a maior economia do mundo quando medida pela Paridade de Poder de Compra (PPC). Em 2023, o PIB chinês alcançou US\$ 32,89 trilhões internacionais, superando os US\$ 27,36 trilhões dos EUA (em dólares internacionais correntes), equivalendo a 120,2% do PIB norte-americano (Banco Mundial, 2024). A economia chinesa combina um mercado interno de grandes proporções, com capacidade de investimento, parque industrial amplo e, principalmente, controle sobre as principais variáveis macroeconômicas, que se submetem às diretrizes do crescimento, e não ao contrário, como é a racionalidade típica das economias de mercado pelas coerções da lógica neoliberal. Isso permite à China mover as cadeias de valor para segmentos com maior valor agregado fazendo pressão sobre a já combalida base industrial americana. Podemos pensar a relação dos EUA e da China como uma competição econômica/comercial, mas nos parece necessário entendê-la de forma muito mais complexa, como uma disputa sobre a capacidade de controlar globalmente a estrutura de produção, ditando onde, o que e como produzir a longo prazo.

Em termos tecnológicos, a China também já avança globalmente em tecnologias com forte efeito de encadeamento e potencial estratégico, a exemplo dos semicondutores avançados, da Inteligência Artificial, da computação e das telecomunicações. A preocupação com os avanços tecnológicos chineses está explicitada em documentos oficiais. Na Estratégia de Defesa Nacional dos EUA (2022)⁵, há uma preocupação basilar com o que eles denominam “pacing challenge”, ou seja, com a capacidade que a China detém de “marcar o ritmo” para o planejamento estratégico tecnológico. (Estados Unidos, 2022, p. 4).

⁵ATLAS REPORT. **6 principais pontos da nova Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos e suas consequências geopolíticas.** *Atlas Report*, 2022. Disponível em: <https://atlasreport.com.br>. Acesso em: 10 ago. 2026.

Figura 1: Trajetória de China e EUA na liderança em pesquisa de alto impacto

Fonte: ASPI.⁶

Um dos indicadores utilizados para comparar a produção científica de alto impacto em tecnologias críticas é o *Critical Technology Tracker*, do ASPI (Australian Strategic Policy Institute). O resultado da edição 2025 mostra que a China lidera o *ranking* com 66 das 74 tecnologias mapeadas no período. Já os EUA lideram em apenas 8, embora essas 8 áreas ainda sejam deveras fundamentais.

Por fim, no campo monetário e financeiro, embora o dólar permaneça como a principal moeda que determina as principais reservas internacionais (60%); a dívida externa dos países (> 60%); os empréstimos externos (> 50%); as operações interbancárias (50%); e a moeda central nas operações financeiras (> 60% das operações cambiais) (Medeiros; Majerowicz, 2026), ele vem perdendo espaço relativo. Segundo Gentil e Maringoni (2026), o processo de instrumentalização do dólar e do sistema SWIFT corroeu a sua confiança global e levou a um movimento inédito de fuga do dólar para o ouro, inclusive em países periféricos como México e Brasil.

Ainda segundo Gentil e Maringoni (2026), o Brasil reduziu em 27% suas reservas em títulos do Tesouro dos EUA (*treasuries*) entre 2024 e 2025, enquanto a China reduziu em 10% e a Índia, em 23%. O Índice do Dólar Americano (DXY) acumulou queda de 12% em 2025, considerada muito elevada. Por outro lado, houve compras significativas de ouro em 2025,

⁶ [China Leads Research in 90% of Crucial Technologies - a Dramatic Shift this Century - Slashdot](#)

levando a uma valorização de 65% do metal, atingindo máximas históricas. Somente em janeiro de 2026 o ouro acumulou 16,25% de valorização (Gentil; Maringoni, 2026). Em 2025, o afastamento dos *Treasuries* não pode ser lido apenas como uma diversificação rotineira de carteiras internacionais. O movimento sinaliza uma mudança de percepção: as condições definidas por Washington passaram a ser vistas como menos previsíveis e, portanto, menos confiáveis como âncora de longo prazo. Diante desse ambiente, bancos centrais e também instituições financeiras e não financeiras adotaram uma postura de precaução, diminuindo a exposição ao dólar e reforçando posições em ouro como instrumento de proteção (Gentil; Maringoni, 2026).

Em 2026, autoridades iranianas passaram a discutir a possibilidade de implementação de mecanismos de cobrança associados à travessia do Estreito de Ormuz, incluindo pagamentos denominados em yuan ou realizados por meios digitais⁷. Soma-se a isso o fato de que a atual crise na Ásia Ocidental também desorganiza um dos pilares do poder monetário americano, que é o sistema dos “petrodólares”. Esse sistema, criado nos anos 1970, operava através de uma permuta “tácita”: os EUA garantiriam a segurança das petromonarquias do Golfo e, em troca, esses países reciclariam seus excedentes da venda de petróleo no Tesouro americano e na compra de armamento. No entanto, dois movimentos podem estar colocando esse acordo sob tensão. O primeiro deles ocorre pelo movimento de compra de petróleo realizada pela China e pela Arábia Saudita, liquidada em yuan digital, em outubro de 2023. Recentemente também houve a adesão saudita ao mBridge, que é o projeto piloto de moeda digital dos bancos centrais liderado pela China e pelo Banco de Compensações Internacionais para liquidações comerciais.

Em segundo lugar, o movimento de retaliação iraniano aos EUA e a Israel, no bojo da guerra de 2026, foi o de destruição das estruturas físicas que abrigam bases militares americanas e instalações de petróleo e gás nessas monarquias petroleiras do Golfo. No entanto, tal como prometido pelo acordo dos petrodólares, os EUA não foram capazes de garantir a segurança da região, o que expõe ainda mais as debilidades desse acordo fundamental, que funcionou como pilar de sustentação do sistema dólar.⁸

⁷ [Irã impõe pedágios de cripto e yuan ao transporte marítimo do Estreito de Ormuz — Agregador de Notícias Cripto \(POR\)](#)

⁸ [A arquitetura do poder: o dólar, a financeirização e a luta pela soberania | Tricontinental: Institute for Social Research](#)

3. Caracterizando o imperialismo de Donald Trump

A principal característica desta fase, portanto, é a ruptura com o “imperialismo informal” (Martins, 2026) da globalização neoliberal. Se anteriormente os EUA exerciam seu poder através de instituições multilaterais e buscavam maiores consensos sistêmicos, subordinando o mercado mundial globalizado ao poder estatal dos EUA, agora transitamos para o que Carlos Eduardo Martins (2026) define como “imperialismo *tout court*”, que designa o emprego aberto da violência estatal em um cenário global de ausência de uma ordem estável, ou ao termo “hiper-imperialismo”, já apresentado acima.

O governo Trump está reconfigurando o imperialismo à luz da necessidade de tensionar os elementos que caracterizamos como de enfraquecimento da sua hegemonia imperial. Podemos compreender o exercício da hegemonia na era Trump, especialmente a partir do seu segundo mandato, como uma ação mais coercitiva e transacional, vocacionada menos para o compromisso com um certo universalismo normativo e mais para a imposição, a fórceps, de custos diretos a rivais, mas também a aliados.

Juliane Furno (2026) caracteriza a era atual como a de um “nacional-imperialismo”, com traços que remetem mais ao período da atuação dos EUA e da ordem global no entreguerras do que ao arranjo de Bretton Woods. O período entreguerras foi um laboratório do nacionalismo econômico, no qual a crise e a competição entre as nações capitalistas produziram tarifas, políticas protecionistas, instabilidade financeira e retaliações, o que dificultou a cooperação internacional. O nacional-imperialismo pode ser entendido como uma fase de atuação do imperialismo americano em que os EUA apresentam-se não mais como guardiões de regras gerais, mas como credor e cobrador, de forma muito mais isolacionista do que no arranjo pós-Segunda Guerra.

Em face da crise que vivem os EUA, e que já caracterizamos no tópico anterior, o imperialismo necessita de ações enérgicas buscando reposição no cenário global, especialmente nos campos já mencionados, como o militar, financeiro, tecnológico e econômico.

Dessa forma, um dos elementos é o uso e abuso das sanções internacionais como um instrumento de coerção financeira e manutenção do poder estrutural (Strange, 1988). Trata-se de um imperialismo que transforma infraestrutura monetária e institucional em arma, elevando custos e estrangulando Estados periféricos (Panitch; Gindin, 2012). Segundo Metri (2023), as sanções econômicas e financeiras, amplamente utilizadas desde a Doutrina Bush, são parte de

um instrumento mais amplo de poder monetário do dólar e do controle dos EUA sobre as infraestruturas financeiras globais, e não apenas “política externa”. Entre 2000 e 2021, o número de designações constantes dos programas norte-americanos de sanções aumentou aproximadamente 933% (Metri, 2023).

Outro elemento na busca de ampliação do poder coercitivo militar foram as investidas sobre o Irã e a Venezuela, em ações que buscavam articular os interesses corporativos e financeiros do grande capital transnacional sediado nos EUA e o enfraquecimento e/ou erosão de governos com marcada característica anti-imperialista e que controlam ativos estratégicos.

A busca por reposicionamento tecnológico e econômico, que passa, sobretudo, pela capacidade de retomar a indústria ao território americano, está sendo operada, principalmente, mediante o uso de tarifas e medidas de restrição comercial. Diferentemente do discurso liberal clássico, o acesso ao mercado norte-americano passa a funcionar como “pedágio” geopolítico e geoeconômico. No plano estrutural, isso pode ser interpretado como tentativa de recompor as bases industriais perdidas, principalmente, para o Leste Asiático e disciplinar cadeias globais de valor em um contexto de concorrência intensificada e disputa tecnológica (Arrighi, 1996).

A contenção tecnológica — controles, restrições, padrões e propriedade intelectual — vai se tornando um vetor estruturante da nova face do imperialismo americano. Em termos de economia política marxista, monopólios tecnológicos geram rendas extraordinárias, consolidando vantagens econômicas e financeiras para seus detentores. A ampliação do espaço e do escopo para ação desses monopólios, especialmente os que atuam na fronteira tecnológica, é central, e tais ações ampliam o fosso entre países centrais e periféricos. É nesse sentido que a disputa tecnológica se combina ao protecionismo seletivo, buscando posicionar a economia dos EUA no xadrez econômico.

Em termos marxistas, esse movimento de controles e tarifas tem uma implicação relevante: ele reforça a “estatização” da concorrência capitalista mundial. Bukharin já notava que, em momentos de tensão, a internacionalização econômica convive com a nacionalização política da disputa, com o Estado assumindo explicitamente a tarefa de reorganizar condições de valorização do capital e de impor disciplina externa (Bukharin, 1986). O trumpismo parece atualizar essa lógica em uma economia global já financeirizada e tecnologicamente monopolista, na qual o Estado reforça as condições de acumulação dos seus capitais nacionais. Por isso, um nacional-imperialismo, na medida em que há a necessidade de revitalizar a economia em bases industriais, e sustentar uma coalizão política e econômica das frações burguesas nacionais que dão guarida ao governo Trump.

4. Os impactos para a América Latina

Dentro da nova fase do imperialismo, podemos delimitar ainda uma novíssima etapa do imperialismo estadunidense na sua estratégia hemisférica, delineada a partir do segundo mandato de Donald Trump (2025-2029) como presidente dos Estados Unidos da América. O documento *National Security Strategy* de 2025 é incontornável para a compreensão dos contornos da atualização da política externa do país norte-americano voltada para a América Latina e o Caribe. Sua publicação marca um ponto de inflexão importante ao recolocar o Hemisfério Ocidental no centro da estratégia global de segurança dos EUA. O documento ainda parte do pressuposto de que a segurança nacional estadunidense depende, diretamente, da manutenção de sua primazia no continente e retoma a lógica histórica da Doutrina Monroe, inaugurada em 1823. O “Corolário Trump” da doutrina bicentenária concebe a América Latina do século XXI como uma zona de influência direta, em que a presença de potências extracontinentais deve ser contida e, se necessário, confrontada. A caracterização do “Corolário Trump” e a retomada da Doutrina Monroe fundamentam-se em documento oficial da Presidência dos Estados Unidos (*National Security Strategy*, 2025). O texto oficial cita expressamente o *Trump Corollary to the Monroe Doctrine* e prevê a contenção do controle de ativos estratégicos por parte de competidores externos ao Hemisfério Ocidental.

É nesse contexto que o imperialismo, na etapa que caracterizamos acima, enseja impactos para a América Latina. Algumas questões como a situação de fronteiras, proteção de recursos energéticos, políticas de segurança nacional e políticas econômicas nacionais ganham novos contornos a partir destas alterações na política externa hemisférica estadunidense. A estratégia redefine o território do conjunto da América Latina e do Caribe como extensão da própria fronteira interna dos EUA.

Em 5 de março de 2026, Pete Hegseth, Secretário da Guerra da atual administração da Casa Branca (anteriormente denominado Secretário de Defesa), apresentou ao Comando Sul das Forças Armadas dos EUA um novo mapa-múndi, em que redefine todo o Hemisfério Norte como um perímetro de segurança imediata. Essa nova concepção abrange desde a Groenlândia até o Golfo da América (Golfo do México) e ao Canal do Panamá. Esses fenômenos — migração irregular, narcotráfico e crime organizado — passam a atuar como operadores ideológicos para a militarização e securitização da região. Tal orientação instrumentaliza forças navais e operações extraterritoriais ostensivas no combate ao que a doutrina oficial redefine como “narcoterrorismo”.

A securitização das migrações e da criminalidade transnacional constitui o pilar doutrinário de uma política de intervenção extraterritorial unilateral, legitimada internamente pelo imperativo da segurança nacional (Buzan; Wæver, 2003; Andreas, 2011). Esse enquadramento jurídico-político evidenciou-se na operação militar norte-americana de 3 de janeiro de 2026, que resultou no sequestro do presidente venezuelano Nicolás Maduro e de Cilia Flores. A ação fundamentou-se em acusações criminais formuladas pelo Departamento de Justiça dos EUA (U.S. Department of Justice, 2020), que vinculam a cúpula do Estado venezuelano ao denominado “Cartel de los Soles”, narrativa duramente questionada na literatura especializada por instrumentalizar a “guerra às drogas” como vetor de mudança de regime e coerção geopolítica (Youngers; Rosin, 2005; Greenwald, 2024).

A redefinição dos cartéis e organizações criminosas como entidades equiparáveis ao terrorismo é uma inovação relevante da estratégia de política externa mais agressiva para o hemisfério. Ela permite ampliar o escopo jurídico e operacional para ações extraterritoriais, inclusive com uso de força militar em territórios nacionais soberanos dos países latino-americanos e caribenhos. O recém-lançado “Escudo das Américas”, que contou com a adesão de 17 países, é um exemplo de coalizões regionais voltadas supostamente para o combate ao crime organizado, mas que é parte da edificação de uma arquitetura de segurança hemisférica subordinada aos interesses de Washington.

Às práticas de militarização das fronteiras e interferência nas políticas de segurança interna de países soberanos soma-se a ação deliberada de interferência e contenção da presença de potências extra-hemisféricas na região, com destaque acentuado para a China, especialmente com relação a acordos de cooperação do país asiático com países latino-americanos e caribenhos nas áreas de infraestrutura, energia, logística e comércio. A ação de contenção passa por pressões diplomáticas severas, incentivos econômicos e substituição dos projetos por outros com investimentos norte-americanos.

Há dois exemplos recentes desta intervenção: em 2025, os EUA pressionaram para a retirada do Panamá do projeto Iniciativa Cinturão e Rota (*Belt and Road Initiative*) coordenado pelo governo chinês. Em 2026 também houve pressão sobre o Peru para o rompimento dos termos de cooperação entre o país sul-americano e a China na gestão do Porto de Chancay. Outro eixo central da nova estratégia da Casa Branca para a região diz respeito aos recursos estratégicos. A América Latina e o Caribe constituem um território com uma enorme reserva de minerais críticos, energia e biodiversidade, essenciais para a segurança econômica dos EUA em um contexto de transição energética e disputa tecnológica global. Na concepção

imperialista estadunidense, esse estoque de recursos naturais pertence à sua zona de influência imediata e, portanto, deve estar disponível prioritariamente para seus conglomerados empresariais.

Para tomarmos apenas um exemplo: estima-se que entre Argentina, Bolívia e Chile se encontram 65% das reservas mundiais de lítio. Somando México e Peru, a cifra sobe para 67% das reservas mundiais de lítio, o que por si só oferece uma oportunidade excepcional para a promoção de uma transição ambiental continental com justiça e bem-estar social (Linares, 2024). É por isso que a imposição da nova estratégia imperialista atua na desintegração da cooperação entre os países latino-americanos e na promoção de processos desestabilizadores, como os acontecimentos de 2019 na Bolívia, caracterizados por diversos autores⁹ como golpe, por meio da instrumentalização da OEA nas eleições bolivianas. O controle do lítio boliviano foi um dos motivadores do apoio dos EUA aos golpistas bolivianos como contrapartida à política de autonomia e soberania sobre seus recursos estratégicos liderada pelos sucessivos governos do MAS ao longo das primeiras décadas do século XXI (Sánchez-Sibony, 2021).

Outra via para implementar a estratégia é a adoção de medidas protecionistas e o uso de instrumentos comerciais como tarifas, acordos bilaterais e medidas econômicas para garantir vantagens competitivas aos EUA e limitar a autonomia econômica dos países latino-americanos e caribenhos. No segundo mandato de Donald Trump, os chamados “tarifaços”, como já explicitamos acima, passaram a ser um potente instrumento de coerção e se incorporaram organicamente à estratégia de segurança. Os EUA ampliaram as tarifas seletivas e punitivas nas disputas comerciais, passaram a dar uso explícito às ameaças tarifárias para forçar cooperação e a realizar vinculação direta entre comércio e controle de fronteiras. Ao mesmo tempo, passaram a pressionar por rompimentos com a China, como no caso do Panamá e do Peru, com a adoção de sanções e barreiras econômicas direcionadas a governos considerados adversários e também pressionam, nesse momento, com ameaças de sanção, todas as nações que possam estar envolvidas no embarque de petróleo para Cuba.

Os setores energéticos, industriais e de tecnologias críticas converteram-se em eixos prioritários da agenda protecionista dos Estados Unidos. Nesse enquadramento geoeconômico, os instrumentos tarifários foram securitizados e subsumidos a uma estratégia articulada de economia, geopolítica e segurança nacional. Tal dinâmica opera como vetor de coerção indireta

⁹ Aqui está uma das principais referências: SÁNCHEZ-SIBONY, Omar. “Competitive Authoritarianism in Morales’s Bolivia: Skewing Arenas of Competition.” *Latin American Politics and Society*, v. 63, n. 1, p. 118–144, 2021.

e diferenciação discricionária entre aliados e concorrentes sistêmicos, promovendo a reestruturação subordinada do tecido econômico latino-americano no âmbito do poder estrutural estadunidense.

Tanto a abordagem diplomática como a econômica e a militar (direta) que advêm da nova estratégia de segurança da Casa Branca obedecem a uma lógica seletiva que demarca bem os aliados e os adversários. Há governos alinhados aos interesses dos EUA e que são privilegiados com apoio político, econômico e militar. Eles se encontram hoje por trás do denominado Escudo das Américas. Em contrapartida, os governos considerados inimigos recebem hostilidade, sanções, isolamento, pressão diplomática e militar. Como sustentado por Kissinger (1994, p. 25), a conduta externa dos Estados Unidos historicamente oscilou entre a cooperação institucional com atores complacentes e o isolamento coercitivo de regimes hostis. Na conjuntura contemporânea, esse expediente doutrinário é reatualizado sob o imperialismo da “era Trump” na América Latina e no Caribe: a busca pela ordem e pela contenção de rivais extraterritoriais efetiva-se não pela liderança hegemônica liberal, mas pelo uso da vulnerabilidade assimétrica e da desestabilização política direcionada a governos refratários ao seu alinhamento automático. Em seu livro *Diplomacy*, Kissinger (1994, p. 25) já havia explicitado este *modus operandi* do imperialismo estadunidense de dividir o mundo entre governos cooperativos e desafiadores. Embora seu texto se atenha à Guerra Fria e à história europeia, serve perfeitamente para a leitura que se faz hoje do imperialismo trumpista no Hemisfério Ocidental ao tentar impor um equilíbrio através da desestabilização dos governos não alinhados.

Esse conjunto de iniciativas, que articula militarização, coerção econômica, controle de recursos e classificação política de governos, não constitui uma ruptura, mas sim a atualização de uma longa duração histórica da política imperialista dos Estados Unidos para a região. Historicamente, a América Latina configurou área de interesse vital e base estratégica da projeção global de poder estadunidense (Bandeira, 2005), sendo permanentemente submetida a mecanismos de disciplinamento voltados à preservação da hegemonia hemisférica. De acordo com o documento oficial norte-americano, “este ‘Corolário Trump’ para a Doutrina Monroe é uma restauração do poder e das prioridades americanas, em conformidade com os interesses de segurança dos EUA” (Estados Unidos, 2025, p. 15). Nesse sentido, a chamada nova estratégia de segurança nacional ou Doutrina Monroe com corolário Trump (Donroe) e suas múltiplas dimensões operacionais expressam a continuidade de uma lógica de dominação que combina intervenção direta e indireta, reorganização subordinada das economias e contenção de projetos

autônomos de desenvolvimento integracionistas. Assim, mais do que um fenômeno conjuntural, o imperialismo contemporâneo reafirma a centralidade da América Latina e do Caribe como espaço de disputa, no qual se confrontam, de um lado, os interesses de controle e apropriação por parte dos EUA e países europeus e, de outro, as possibilidades históricas de soberania, integração regional e construção de alternativas próprias.

5. O horizonte pós-hegemônico

O sistema internacional marcado pelo declínio da hegemonia norte-americana expõe elementos que expressam a perda relativa do seu poder. De acordo com Arrighi (1996), as expansões financeiras funcionam como um sinal de que determinado regime de acumulação atinge seus limites históricos e inicia seu processo de transição (Arrighi, 1996, p. 222). Nesse contexto, a transição hegemônica tende a produzir instabilidade, uma vez que “períodos de transição hegemônica são invariavelmente acompanhados por um aumento do caos sistêmico” (Arrighi; Silver, 2001, p. 31).

Para Arrighi (1996) e Arrighi e Silver (2001), a história do capitalismo é ritmada pelos Ciclos Sistêmicos de Acumulação (CSA). Essa sucessão histórica de hegemonias — Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos — obedece a uma dinâmica em que os polos dominantes nascem, expandem a produção global, entram em fase de financeirização ao atingirem seus limites materiais e culminam na desestruturação da ordem geopolítica. O colapso de uma hegemonia instaura um quadro de instabilidade profunda, definido pelos autores como caos sistêmico:

Por caos sistêmico entendemos uma situação de severa e aparentemente irremediável desorganização sistêmica. Ao mesmo tempo em que a competição e os conflitos intensificam-se além da capacidade regulatória das estruturas existentes, novas estruturas emergem [...]. A desordem tende a tornar-se autorreforçadora, ameaçando provocar ou realmente provocando um completo colapso na organização do sistema (Arrighi; Silver, 2001, p. 33).

O mundo que estamos vendo ser erigido tende a se desenvolver em uma dinâmica de polos regionais de poder. A unipolaridade ou bipolaridade, como a existente durante a Guerra Fria, poderá ser substituída por um mundo multipolar, que não significa um mundo mais pacífico ou menos belicoso, mas sim mais complexo, segundo as dinâmicas políticas, econômicas e de conflitos regionais.

A nova política externa apresentada pela Casa Branca em 2025, por meio de sua Estratégia de Segurança Nacional, expressa uma inflexão na política externa norte-americana ao privilegiar instrumentos unilaterais de intervenção na América Latina, aprofundando sanções, pressões diplomáticas e intervenções diretas em detrimento de mecanismos multilaterais globais (Estados Unidos, 2025).

A atual Doutrina Donroe explicita que a liderança norte-americana compreendeu a importância do poder regional, estabelecendo a América Latina e o Caribe como zona de influência política, comercial e militar fundamental para os EUA em um cenário de transição pós-hegemônico. A atuação dos Estados Unidos na Venezuela, particularmente após os eventos de 2026, é frequentemente apontada como exemplar dessa estratégia, evidenciando a centralidade da segurança energética e da disputa geopolítica na formulação de sua política hemisférica. Assim, a lógica de “América para os americanos” é reconfigurada no século XXI como um projeto de reafirmação da hegemonia regional em um cenário de crescente rivalidade global.

O horizonte pós-hegemônico desdobra-se em um sistema multipolar caracterizado pela ausência de uma liderança reguladora e pela busca do equilíbrio de poder entre potências. Essa dinâmica não implica o fim das estruturas imperialistas de dominação ou dependência, mas sim a sua intensificação, podendo ser interpretada à luz da teoria de Giovanni Arrighi e Beverly Silver (2001), segundo a qual períodos de declínio hegemônico são marcados pela intensificação da competição interestatal e por instabilidades sistêmicas.

A emergência de uma ordem multipolar, que estamos assistindo, ainda que construída lentamente, está longe de representar estabilidade. Implica, provavelmente, a fragmentação do poder global e o aumento das disputas por zonas de influência estratégicas. Nesse contexto, a Doutrina Donroe revela-se como uma tentativa de recomposição da hegemonia norte-americana por meio do fortalecimento de sua esfera regional, confirmando a tendência arrighiana de que a ausência de uma autoridade global consolidada resulta em um sistema internacional mais instável e conflituoso.

Assim como a formulação original de 1823 da Doutrina Monroe buscava frear a influência política colonial das potências europeias no hemisfério, sua versão atual também busca conter a presença de potências extrarregionais, especialmente a China, e garantir o controle sobre ativos e recursos estratégicos na região.

O provável fim da unipolaridade americana suscita o debate acerca da própria existência de um poder unilateral pleno no sistema internacional contemporâneo. A hegemonia dos

Estados Unidos estruturou-se não apenas por meio de mecanismos diretos de dominação, mas sobretudo pela utilização de instrumentos multilaterais que, na prática, centralizaram o poder sob sua liderança. Nesse sentido, dispositivos como o neoliberalismo, o direito internacional e a promoção do livre mercado operaram como ferramentas indiretas de consolidação da hegemonia norte-americana.

Com o enfraquecimento dessa posição dominante, a perda de capacidade hegemônica manifesta-se sob a forma de uma crise sistêmica, caracterizada pela desarticulação das estruturas que sustentavam a ordem internacional. Nesse contexto, o poder em declínio tende a tensionar e até mesmo sacrificar os próprios mecanismos que anteriormente garantiam sua estabilidade, na tentativa de preservar, ainda que parcialmente, sua posição, especialmente por meio do recurso ao poder bélico.

Nesse cenário, a noção de caos sistêmico torna-se fundamental para a compreensão das transformações em curso. Momentos de transição hegemônica são historicamente marcados por instabilidade, conflitos e desorganização da ordem internacional. A emergência de uma configuração multipolar, portanto, não implica a consolidação de um ambiente mais pacífico, mas sim a intensificação da complexidade das relações internacionais, expressa em guerras regionais, competição entre blocos e instabilidade global. Isso ocorre porque o sistema mundial, ao longo de sua formação histórica, esteve profundamente dependente da atuação de potências hegemônicas responsáveis por organizar e regular a ordem internacional.

Considerações finais

A interpretação aqui apresentada procurou caracterizar a era Trump não como ruptura com o imperialismo, mas como reconfiguração de seu modo de operação em um momento de crise estrutural da hegemonia norte-americana. Sem romper com os fundamentos materiais que sustentam o poder imperial dos Estados Unidos — a saber: a financeirização centrada em Wall Street; a centralidade do dólar no sistema de pagamentos internacionais; o comando tecnológico e militar; e a preponderância dos grandes monopólios —, o trumpismo desloca o estilo do exercício hegemônico, abandonando a linguagem e as instituições do multilateralismo liberal em favor de uma dominação mais aberta, transacional, militarizada e coercitiva. Tarifas seletivas, protecionismo, sanções econômicas, ameaças militares, contenção e corrida tecnológica conjugam-se, nessa nova fase, como instrumentos de uma política externa que já

não dispõe da capacidade de organizar consensos, mas que ainda detém a força bruta para impor custos.

Convém insistir que essa inflexão é, ela própria, expressão da crise. Como sugerem Arrighi (1996) e Harvey (2004), os momentos de declínio hegemônico tendem a coincidir com ofensivas mais explícitas e desorganizadoras. As quatro estruturas de poder analisadas a partir de Strange (1988) – segurança, produção, finanças e conhecimento – apresentam, todas, sinais de tensionamento. A guerra comercial não logrou reverter a primazia chinesa nas cadeias produtivas globais; a contenção tecnológica não impediu a liderança da China em 66 das 74 tecnologias mapeadas pelo ASPI; a instrumentalização do dólar acelerou movimentos de fuga para o ouro e o desenvolvimento de arranjos financeiros alternativos como o mBridge; e o uso desmedido da força em Ucrânia, Irã e Venezuela revelou os limites concretos da projeção militar global. Há, portanto, um movimento dialético: quanto mais coercitiva se torna a ação imperial, mais ela corrói os próprios fundamentos do consenso que sustentaram décadas de primazia. É o que o Instituto Tricontinental (2024) denomina de hiper-imperialismo e Martins (2026) lê como passagem do imperialismo informal da globalização neoliberal a um imperialismo tout court, no qual a violência estatal aparece sem mediações.

Para a América Latina, essa nova fase reencena, com novos contornos, padrões históricos de subordinação. A reativação da Doutrina Monroe sob a forma de Doutrina Donroe repõe o debate sobre a redefinição do Hemisfério Ocidental como perímetro de segurança imediata, além de temas como a securitização da migração e a equiparação de cartéis ao terrorismo. Tudo isso vai abrindo caminho para intervenções extraterritoriais que retomam, atualizadas, lógicas de tutela colonial ou de política neocolonial. A região é convocada, simultaneamente, como retaguarda estratégica, fonte de *commodities*, espaço de contenção da influência chinesa e fronteira interna ampliada para os desafios da reprodução ampliada do capital estadunidense. Identificamos riscos tais como um maior aprofundamento da dependência tecnológica; retrocesso dos projetos de integração regional autônoma; asfixia de experiências políticas de caráter anti-imperialista; intensificação das vulnerabilidades externas e reforço de um neocolonialismo de novo tipo, no qual o controle dos recursos estratégicos, das infraestruturas críticas e dos fluxos financeiros se sobrepõe e deixa como desafio a sustentação das soberanias e a autodeterminação dos povos.

Há, contudo, outra face nesse mesmo processo, acentuando o caráter dialético do processo em curso. O esgotamento do consenso liberal multilateral, assim como a perda de credibilidade das instituições financeiras e regulatórias estadunidenses, somados à emergência

efetiva de polos alternativos de poder econômico, tecnológico e político criam, simultaneamente, condições objetivas para que a região recoloca na agenda projetos de soberania, integração regional e desenvolvimento autônomo. O horizonte pós-imperialista que se desenha não é o de um mundo mais pacífico: a multipolaridade emergente é, antes, uma multipolaridade caótica, marcada por guerras regionais e pelo acirramento da competição interestatal, mas é, certamente, um mundo no qual a unipolaridade norte-americana já não pode ser tomada como dado natural.

Cabe ao pensamento crítico latino-americano, herdeiro da tradição marxista dos movimentos de libertação nacional anti-imperialistas, retomar a tarefa de pensar nossa inserção internacional a partir de nossas próprias condições históricas. A história não está, portanto, escrita. O imperialismo em sua nova fase apresenta riscos consideráveis, mas também expõe, talvez como nunca antes desde a desagregação da ordem de Bretton Woods, as fissuras de um poder que se mostra cada vez mais incapaz de governar pelo consenso. Reconhecer essas fissuras, compreender suas determinações estruturais e organizar politicamente as alternativas que se abrem por elas constituem tarefa intelectual e política inadiável.

Referências

AMIN, S. *O desenvolvimento desigual: ensaios sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

ANDREAS, Peter. *Border Games: Policing the U.S.-Mexico Divide*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.

ARRIGHI, Giovanni. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. *et al. Caos e governança no moderno sistema mundial*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto; Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

BANCO MUNDIAL. *Purchasing Power Parities and the Size of World Economies: Results from the International Comparison Program 2021*. Washington, DC: World Bank, 2024. Disponível em: portal do International Comparison Program. Acesso em: 10 ago. 2026.

BANDEIRA, Moniz. *Formação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BARAN, P. A.; SWEEZY, P. M. *Capitalismo monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

BBC NEWS. *What is Trump's goal as US bombs 'Venezuela drugs boat' and deploys warships?* 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com>. Acesso em: 26 abr. 2026.

BUKHARIN, Nikolai. *Imperialismo e economia mundial*. São Paulo: Global, 1986.

BUZAN, Barry; WÆVER, Ole. *Regions and Powers: The Structure of International Security*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CONCEIÇÃO, Daniel; NORONHA, Gustavo Souto de. O sequestro, a serpente e a fumaça: estertores da hegemonia. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Corecon-RJ; Sindecon-RJ, n. 439, 2026.

CONGRESSIONAL BUDGET OFFICE (CBO). *Long-Term Implications of the Future Years Defense Program*. Washington, DC: CBO, 2025. Disponível em: <https://www.cbo.gov>. Acesso em: 10 ago. 2026.

ESTADOS UNIDOS. Department of Defense. *2022 National Defense Strategy of the United States of America*. Washington, DC: Department of Defense, 2022. Disponível em: <https://media.defense.gov/2022/Oct/27/2003103845/-1/-1/1/2022-NATIONAL-DEFENSE-STRATEGY-NPR-MDR.PDF>. Acesso em: 10 ago. 2026.

ESTADOS UNIDOS. Executive Office of the President. *National Security Strategy of the United States of America*. Washington, DC: The White House, dez. 2025. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/wp-content/uploads/2025/12/2025-National-Security-Strategy.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2026.

ESTADOS UNIDOS. Executive Office of the President. Office of Management and Budget (OMB). *Budget of the U.S. Government: Fiscal Year 2026*. Washington, DC: U.S. Government Publishing Office, 2026.

ESTADOS UNIDOS. U.S. Department of Justice (DOJ). *Department of Justice Announces Charges Against Venezuelan President Nicolás Maduro and Other Current and Former Venezuelan Officials*. Washington, DC: DOJ Press Release, 2020. Disponível em: <https://www.justice.gov>. Acesso em: 10 ago. 2026.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FOSTER, J. B. A nova era do imperialismo. *Monthly Review*, v. 55, n. 3, jul./ago. 2003.

FURNO, J. O nacional-imperialismo de Donald Trump. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Corecon-RJ; Sindecon-RJ, n. 439, 2026.

GENTIL, D. L.; MARINGONI, G. Império em declínio: a erosão da centralidade do dólar. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Corecon-RJ; Sindecon-RJ, n. 439, 2026.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: Maquiavel; Notas sobre o Estado e a política. Edição de Carlos Nelson Coutinho com a colaboração de Marco Aurélio Nogueira e Luiz

- Sérgio Henriques. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 3.
- HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- HILFERDING, Rudolf. *O capital financeiro*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. *Hiper-imperialismo: um novo estágio decadente e perigoso*. Sul Global Insights, 2024.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacy*. New York: Simon & Schuster, 1994.
- LENIN, Vladimir I. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2012.
- LINERA, Álvaro García. *A política como disputa das esperanças*. São Paulo: Expressão Popular, 2024.
- MANDEL, E. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: TRASPADINI, Roberta; STÉDILE, João Pedro (org.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 131-172.
- MARTINS, C. E. O novo imperialismo de Trump: dimensões e vulnerabilidades. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Corecon-RJ; Sindecon-RJ, n. 439, 2026.
- MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro II: O processo de circulação do capital. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- MEDEIROS, C. A.; MAJEROWICZ, E. O caos da era Trump e a crise do poder americano. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Corecon-RJ; Sindecon-RJ, n. 439, 2026.
- METRI, Maurício. *História e diplomacia monetária*. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2023.
- PANITCH, Leo; GINDIN, Sam. *The making of global capitalism: the political economy of American empire*. London; New York: Verso, 2012.
- SÁNCHEZ-SIBONY, Omar. Competitive Authoritarianism in Morales's Bolivia: Skewing Arenas of Competition. *Latin American Politics and Society*, v. 63, n. 1, p. 118-144, 2021.
- SILVA, M. L. F. Império em declínio: os Estados Unidos e o esgotamento de um modelo. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro: Corecon-RJ; Sindecon-RJ, n. 439, 2026.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE (SIPRI). *Trends in World Military Expenditure*, 2024. SIPRI Fact Sheet. Stockholm: SIPRI, Apr. 2025. Disponível em: <https://www.sipri.org>. Acesso em: 10 ago. 2026.

STRANGE, Susan. *States and markets*. London: Pinter Publishers, 1988.

WOOD, Ellen Meiksins. *Empire of capital*. London: Verso, 2014.

YOUNGERS, Coletta A.; ROSIN, Eileen (org.). *Drugs and Democracy in Latin America: The Impact of U.S. Policy*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2005.